SHUTTERSTOCK



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE CACAU

SAFRA MENOR REDUZ OFERTA DE CACAU PARA A INDÚSTRIA

Estimativas apontam que a safra 2020/21 deve chegar a 152 mil toneladas, enquanto a capacidade de processamento do parque fabril brasileiro é de 275 mil toneladas.

A principal safra brasileira de cacau de 2020/21 – encerrada em abril, mas com os dados finais sujeitos a mudanças – em torno de 152 mil toneladas deve registrar uma queda de 17,3% em relação à temporada anterior, segundo estimativas da Thomas Hartmann Consultoria. Essa retração fez com que, no primeiro trimestre deste ano, as indústrias processadoras de cacau registrassem uma queda de 53% no recebimento de amêndoas de cacau, passando de 27.788 toneladas para 13.161 toneladas.

Na verdade, as indústrias estão importando apenas as quantidades de cacau necessárias para complementar a produção doméstica no abastecimento de seu parque fabril. Esse ritmo vem desde o ano passado. Com larga experiência no setor, o consultor Thomas Hartmann alerta "sobre as importações precisarem ser programadas com meses de antecedência. A definição das quantidades encomendadas baseia-se nas previsões da produção nacional, sendo, algumas vezes, maiores ou menores com relação à realidade".

No entendimento do consultor, a alta das cotações do cacau no mercado interno fez com que a maioria dos produtores encerrasse a temporada 2020/21 com preços rentáveis. No entanto, a redução no tamanho da safra acabou por neutralizar uma grande parte dos efeitos benéficos da alta do mercado.

Nesse contexto, a indústria precisou manter em equilíbrio os fluxos de recebimento das importações. Os cacauicultores nacionais entregaram para as indústrias associadas à Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) um total de 174.283 toneladas de cacau no ano passado. Houve uma queda pequena de 2,6% em relação a 2019. Já a importação de amêndoas caiu 32,7%, de 56.056 para 37.723 toneladas, entre 2019 e 2020.

"Diante da estabilidade do recebimento de amêndoas, a importação de amêndoas de cacau teve de ser reduzida com o decréscimo na demanda. Cargas previstas para chegarem entre maio e outubro foram suspensas", explica Anna Paula Losi, diretora executiva da AIPC.

"Quando olhamos esse primeiro trimestre, em termos de recebimento de amêndoas de cacau nacional, assistimos a um resultado muito abaixo daquele do mesmo período do ano passado. Já com relação à moagem das matérias-primas, o patamar manteve-se relativamente estável, com uma pequena variação, de 56.985 toneladas para 56.273 toneladas", analisa Losi.

BALANÇO DO PRIMEIRO TRIMESTRE

Para sustentar a viabilidade das operações industriais e atender a demanda dos clientes dentro e fora do País, as indústrias processadoras tiveram de buscar em outros mercados o volume adicional de amêndoas. A capacidade nacional de moagem anual, de 275 mil toneladas, supera a produção interna.

Assim, nesse primeiro trimestre, as processadoras importaram da África 22.500 toneladas de amêndoas, ante 23.023 apuradas em 2020. Em face da queda registrada na safra 2020/21, outras 16.500 toneladas de amêndoas tiveram de ser importadas em abril. Isso totalizou 39.000 toneladas no primeiro quadrimestre deste ano.

Essas importações são significativas para as indústrias permanecerem com seus parques fabris em operação. Isso complementa os volumes necessários para suportar as demandas dos clientes internacionais. "Hoje, o Brasil representa um importante *hub* para despachar derivados a mercados relevantes na América Latina, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa", afirma Losi.

DESAFIO DO EFEITO COVID

Além da produção de cacau encerrar-se com um volume menor quando em comparação ao da temporada anterior, a indústria ainda teve de enfrentar o desafio do SARS-CoV-2 em 2020. A pandemia desse vírus causou o fechamento repentino da rede de lojas e *shoppings*. A adoção do isolamento social afetou fortemente as economias brasileira e mundial, com retração no consumo.

Embora o primeiro trimestre de 2020 tenha transcorrido com bons volumes de recebimento de amêndoas, os efeitos da pandemia decretada em março impactaram o desempenho do setor no restante do ano. Com isso, as indústrias processadoras registraram uma queda de 2,36% na moagem: 214.657 toneladas contra 219.853 toneladas em 2019.

Os reflexos negativos para a indústria moageira com relação à quarentena – que antecedeu a Páscoa – vieram entre abril e junho do ano passado. A partir de julho, houve uma recuperação com a flexibilização da mobilidade social na maioria dos estados. "Isso trouxe um aumento no consumo de produtos como achocolatados e biscoitos, em razão do fortalecimento da alimentação em casa. Se olharmos para o copo meio cheio, foi um ano positivo, porque poderia ter sido muito pior", diz a executiva.

BRASIL: PROCESSAMENTO, RECEBIMENTO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS E DERIVADOS

(TONELADAS)

ANO	Amêndoas				Derivados
	Processamento	Recebimento	Importação	Exportação	Exportação
2011	229.129	176.580	32.516	724	59.395
2012	235.760	228.811	54.886	483	52.891
2013	230.177	194.276	17.003	338	47.555
2014	224.445	218.472	38.042	501	50.278
2015	219.332	229.201	11.021	683	57.975
2016	216.504	152.350	57.507	389	60.588
2017	218.383	162.130	61.005	754	59.901
2018	220.257	197.542	62.429	616	49.432
2019	219.853	178.829	56.110	491	50.408
2020	214.657	174.283	35.723	633	49.916

Fonte: AIPC

DESEMPENHO DA PÁSCOA DE 2021

Mesmo com as novas medidas de restrição quanto a circulação e aglomeração espalhadas em todo o Brasil por conta do agravamento da pandemia, a indústria processadora registrou bons números na Páscoa deste ano. Segundo Losi, "os pedidos da indústria chocolateira são feitos com antecedência e costumam acontecer entre novembro e janeiro".

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB), Ubiracy Fonsêca, "a Páscoa de 2021 teve um desempenho muito melhor em comparação à de 2020, pois a quarentena ocorreu justamente quando o comércio apresentava os ovos de chocolate nas gôndolas".

A indústria preparou-se melhor para a divulgação de produtos em canais digitais de entrega em domicílio, parcerias com aplicativos e criação de instrumentos próprios online. "Nesta Páscoa, foram lançados 95 produtos, levando em consideração chocolates e ovos que poderiam caber no bolso dos consumidores, num momento de queda da renda e restrição de confraternizações", declarou Fonsêca.

Em 2020, foram produzidas e vendidas 8,5 mil toneladas de ovos de Páscoa, além da linha tradicional de chocolates. Ainda não temos a produção da Páscoa deste ano, com os números auditados pela KPMG, "mas, neste ano, tivemos, com certeza, um volume superior, tendo uma venda boa. Os nossos associados estão relativamente satisfeitos, dentro do contexto no qual estamos vivendo", completa Fonsêca.

EXPECTATIVAS PARA 2021

Espera-se que, neste ano, a indústria moageira apresente estabilidade em relação a 2020. A demanda de derivados de cacau mostrou um desempenho positivo entre novembro e dezembro do ano passado. "A preocupação, agora, é quanto a extensão da pandemia e as dificuldades da economia podem impactar o consumo", arrazoa Losi.

Apesar de uma possível melhora na oferta de amêndoas de cacau no mercado nacional a partir de maio, por causa da safra temporã, há uma preocupação com o consumo em geral no País. De acordo com Losi, "aguarda-se uma retração menor do consumo e paira a apreensão de uma diminuição na demanda, mas não na intensidade do ano passado. A moagem deverá fechar em níveis próximos aos verificados em 2020".

O produtor de cacau precisa acessar financiamento e trabalhar em condições que gerem renda. "Discutimos como levar a esses pequenos produtores assistência técnica moderna, alinhada a



SHUTTERSTOCK

tecnologia, para aumentar sua produtividade. Eles precisam agregar valor a sua renda para que possam investir", afirma a diretora executiva da AIPC.

Com prestação de assistência técnica e melhores condições para acesso ao crédito, o Brasil terá a capacidade de passar da sétima para a quarta posição entre os maiores produtores de cacau do mundo. "Nós dispomos de terra para plantar e potencial de produtividade para ganhar. No médio e no longo prazos, o Brasil precisa produzir o dobro de cacau, com créditos para investimentos ao produtor e soluções de plantações em sistemas agroflorestais (SAFs)", vislumbra Losi.

CAMINHO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

A produção sustentável de cacau possui vantagem competitiva para desenvolver projetos de créditos de carbono. "Isso contribuirá para a construção de um círculo virtuoso, de aumento da renda, mais investimentos, melhoria da qualidade e agregação de valor", esclarece Waldeck de Araújo Junior, diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

No bioma Amazônia, há espaço para fomentar o cultivo e a produção de cacau com o plantio em áreas degradadas. "Apenas no Pará, há expectativa de um aumento próximo de 30 mil toneladas até 2025, além do crescimento da produção em outros estados, como Rondônia, Amazonas, Acre e Mato Grosso", estima Araújo.

Já no bioma Mata Atlântica, nos estados da Bahia e do Espírito Santo, o foco para aumentar a produção é a renovação das áreas já existentes. Para Araújo, "o trabalho em parcerias entre Governo e iniciativa privada para a melhoria de assistência técnica e fornecimento de sementes é positivo. Isso ajudará o Brasil a produzir o suficiente para atender a demanda das indústrias nacionais nos próximos anos".

As ações da iniciativa CocoaAction Brasil reúnem cientistas, produtores, indústrias e setores do Governo na busca de soluções para a cadeia produtiva cacaueira. Em dezembro do ano passado, essa coalizão lançou o estudo "Panorama da Cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia – 2015-2019". Realizado pelo Instituto Floresta Viva (IFV), o trabalho acompanhou 3,4 mil produtores de cacau durante cinco anos e traçou um panorama para o desenvolvimento do projeto Cacau 2030.

As recentes publicações das Instruções Normativas (INs) nos estados do Pará e de Rondônia reconhecem o cacau como cultivo para ser plantado na recuperação de áreas degradadas. Esses marcos também servem para destacar o aspecto da produção sustentável, com estabelecimento de regras para o produtor recuperar a floresta mesclando plantio em SAFs.

DRAWBACK PARA MANTER A COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Enquanto analistas estimam uma queda na safra de cacau 2020/21, a indústria processadora vê-se diante da necessidade de importar mais cacau. Isso será necessário para atender a sua capacidade produtiva e dar conta dos pedidos de clientes no mercado internacional, com operações *drawback*. Para Thomas Hartmann, "esse instrumento permitirá que o custo das importações das indústrias locais se equipare ao das fábricas em outros países, assegurando, assim, sua competitividade nos mercados".

"A avaliação é uma boa maneira para compreender essa relação direta entre o recebimento e a necessidade de importação, considerando o período do ano-safra, que vai de maio de um ano a abril do ano seguinte", explica Anna Paula Losi. De fato, na principal safra 2019/20, o recebimento de amêndoas ficou em 184 mil toneladas, enquanto a expectativa para a safra 2020/21 é de 152 mil toneladas. Diante dessa queda, a perspectiva é de que será necessário uma quantidade maior de importação neste ano.

Nessas duas safras, o déficit de amêndoas para a indústria foi de quase 100.000 toneladas de cacau e a importação no mesmo período ficou em torno de 93.000 mil toneladas. Losi conclui que "esse volume ficou bem aquém da nossa necessidade, sendo que todo volume de amêndoas importado pela indústria é processado e exportado na forma de derivados". Assim, ela completa que, "na safra 2019/20, o volume de derivados exportados somou 49.314 toneladas, enquanto, na safra 2020/21 até março, as exportações ficaram em 48.561 toneladas, com um total de mais 97,8 mil toneladas de produtos destinados ao mercado externo".

Laerte Moraes, que trabalhou como diretor-geral dos negócios de Cacau & Chocolate e de Amidos e Adoçantes da Cargill na América do Sul e é o atual presidente do Conselho da AIPC, também esclarece que "a moagem apenas da amêndoa nacional criaria um nível alto de ociosidade na indústria. O grande desafio é fomentar a produção de amêndoas no Brasil, para a demanda das indústrias ser atendida pela produção interna. Enquanto isso não acontece, é preciso importar cacau. Caso o produto após processado seja utilizado no mercado interno, os impostos são pagos. Mas, quando se fala de *drawback*, a isenção de impostos só é válida se os produtos são exportados".

PROJETO CACAU 2030 PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DOS PRODUTORES

A iniciativa CocoaAction Brasil lança um projeto com foco no fortalecimento da cadeia e anuncia diretrizes para erradicar o trabalho infantil e promover o trabalho decente em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em meio aos desafios da cadeia de cacau no Brasil, fomentar a sua produção para se tornar cada vez mais sustentável e socialmente responsável é uma das principais metas para os próximos anos. Com mais de 93 mil pequenos produtores, a maioria familiares, por meio da iniciativa CocoaAction Brasil, a cadeia produtiva lança, neste mês, o "Projeto Cacau 2030: Ações estruturantes para o desenvolvimento sustentável da cadeia no Brasil".

Trata-se de um projeto robusto para criar condições de crescimento da produtividade, um trabalho para desobstruir gargalos como acesso ao crédito e à assistência técnica, gerando mais renda e melhores condições da lida no campo. "Solucionar questões importantes e complexas como essas exige que todos os elos da cadeia trabalhem em conjunto, em prol de objetivos em comum", explica Pedro Ronca, gerente da CocoaAction Brasil.

Mudanças com diálogo social e mobilização dos atores

Para nortear o projeto, foi estabelecida uma série de diretrizes alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entre as questões econômicas e ambientais, estão, também, diretrizes ligadas à promoção do trabalho decente e à erradicação do trabalho infantil. É aí que entra a parceria com a OIT.

Nos últimos anos, o setor avançou nesses temas, mas ainda há trabalho a fazer. Maria Claudia Falcão, coordenadora do Programa de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT no Brasil, justifica que "ainda existem oportunidades para melhorar as condições de trabalho na cadeia produtiva de cacau. Ao identificarmos isso, trabalhamos para promover as mudanças por meio do diálogo social e da mobilização dos atores".

Tanto o projeto quanto as diretrizes contam com a participação ativa do Governo e de empregadores e trabalhadores. Os coordenadores das ações consideram isso de suma importância. Assim, os impactos serão duradouros e capazes de transformar a realidade dos produtores.

Aspectos econômico, social e ambiental conectados

"É responsabilidade de todos os setores, público e privado, promover a melhoria das condições de trabalho. Essas ações complementam-se e se conectam. As empresas privadas não devem fazer o papel do Estado, assim como o Estado não pode implementar ações de responsabilidade das empresas. Não há como falar do



SHUTTERSTOCK

aspecto social sem falar do econômico e do ambiental; está tudo interligado, sendo um continuidade e consequência do outro", pondera Falcão.

Para Ronca, "o projeto nasce em um momento de maior aproximação da cadeia, o que considero fundamental. Nos últimos anos, tivemos uma aproximação maior dos elos da cadeia, o diálogo amadureceu, e, hoje, há um entendimento de que questões como o trabalho decente e a erradicação do trabalho infantil só serão resolvidas com a participação conjunta".

"Desde o fomento da produção de cacau, o projeto é resultado de uma série de outras ações desenvolvidas nos últimos anos, junto a estados e municípios, passando pelo mapeamento do setor. Isso culminou com a produção do estudo 'Panorama da Cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia – 2015-2019', .elaborado pelo IFV. (...) Desenvolvido com todo o rigor científico, esse material nos ajudou a entender melhor quais são as questões e os desafios que temos pela frente", afirma Ronca. O estudo completo está disponível no site da World Cocoa Foundation (WCF): https://www.worldcocoafoundation.org/wp-content/uploads/2020/05/Panorama-da-cacauicultura-TILSB-Versao-final-Web.pdf.

"TRABALHAR PELA ARTICULAÇÃO DA CADEIA DE CACAU NO BRASIL"

Laerte Moraes, novo presidente do Conselho Diretor da AIPC, reforça o compromisso da Associação com a cadeia brasileira de cacau.

Desde que foi criada em 2004, uma das bandeiras da AIPC tem sido atuar junto ao setor produtivo, por meio de parcerias público-privadas, para fomentar a produção de cacau nacional e atender a demanda do parque industrial brasileiro. Esses elementos continuarão sendo prioritários na gestão do presidente Laerte Moraes. "Queremos continuar trabalhando fortemente na articulação da cadeia, visando não só ao aumento da produtividade, mas também à melhoria da qualidade do cacau nacional", reforça o executivo.

Consumidores atentos à origem e à produção dos produtos

O trabalho passa pelo fomento da produção de forma sustentável e pela implantação de melhorias no campo, como maior acesso a assistência técnica, além do desenvolvimento de mecanismos que permitam a rastreabilidade do cacau. Segundo Moraes, "cada vez mais, os consumidores estão atentos à origem e à produção de seus produtos. Por isso, precisamos estar prontos para responder a essas questões também".

Nos últimos anos, a AIPC participou do diálogo junto aos setores público e privado. O intuito sempre foi buscar o alinhamento de uma agenda comum. Isso significa todos os elos da cadeia comprometidos em trabalhar de forma conjunta para identificar os desafios e buscar soluções para as principais questões. "Nesse sentido, a nossa participação ativa na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) junto aos outros atores da cadeia e o trabalho para viabilizar a iniciativa CocoaAction Brasil são ganhos consideráveis nessa trajetória", explica Moraes.

Importações ainda são necessárias

Moraes destaca que "o Brasil precisa deixar a dependência de produtos importados. Temos todos os fatores favoráveis para voltarmos a ser grandes produtores. Contamos com bom clima, áreas para cultivo, produtores e parque industrial instalado, além de um mercado consumidor maduro".

Na opinião do presidente da AIPC, enquanto o setor não alcança a autossuficiência, a indústria nacional ainda precisa recorrer às exportações para adquirir as amêndoas utilizadas para a produção de derivados que são exportados. Para isso, as empresas valem-se do *drawback*, que exige que 100% do volume importado com a isenção de tributos seja processado e exportado. Nas últimas safras, enquanto a produção brasileira de amêndoas oscilou entre 170 mil e 200 mil toneladas, a capacidade instalada de moagem da indústria ficou em 275 mil toneladas. "Se operássemos apenas com o volume de amêndoas nacional, o nível de ociosidade seria alto. Isso implicaria mais custos para as moageiras e as chocolateiras, inviabilizando a manutenção do parque industrial instalado no Brasil. Nesse cenário, o produtor sequer teria para quem vender a sua produção", justifica Moraes.

"Nos períodos em que a safra brasileira foi muito menor do que a média, a indústria chegou a importar amêndoas para atender a demanda doméstica. Sem utilizar o *drawback*, as empresas pagaram os impostos de forma a não prejudicar o mercado doméstico", lembra Moraes. "Será de fundamental importância que a produção brasileira se fortaleça nos próximos anos, com toda a oferta de amêndoas no mercado interno. É para isso que trabalhamos nos últimos anos, sendo esse um dos principais objetivos da AIPC para hoje e o futuro", finaliza o executivo. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a colaboração dos jornalistas Juliana Ribeiro e Roger Marzochi, da área de Comunicação da AIPC.